



Ata da 2ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor das Unidades de Conservação da Sabiaguaba de 2017

1 Ao décimo oitavo dia do mês de maio de 2017, aconteceu, no auditório da Secretaria Municipal de Urbanismo
2 e Meio Ambiente – SEUMA, com primeira chamada às 9h e segunda chamada às 9h30, a 2ª Reunião Ordinária
3 de 2017 do Conselho Gestor das Unidades de Conservação da Sabiaguaba – CGS, que teve como pautas: 1)
4 Apresentação da proposta atualizada de monitoramento do Parque Natural das Dunas e da Área de Proteção
5 Ambiental de Sabiaguaba; 2) Informes Gerais. A princípio, a secretária executiva do Conselho Gestor da
6 Sabiaguaba, Natália Nogueira, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos os conselheiros e
7 convidados e, em seguida, fez a leitura da Ata da 1ª Reunião Ordinária de 2017 do CGS. Em resposta à Ata, o Sr.
8 Abraão Sampaio (CAGECE) falou que a companhia não faz ligações em Área de Proteção Permanente - APP.
9 Quando o solicitante, residente em APP, *"entra com uma ação no Ministério Público - MP, através do defensor
10 público, faz a queixa, e depois vem o Ministério Público obrigando-a fazer a ligação"*, disse o Sr. Abraão.
11 Continuou dizendo que, desde que as UC's da Sabiaguaba foram criadas, a CAGECE recebeu um documento
12 proibindo qualquer tipo de ligação ou ampliação já existente de água sem a anuência da SEMAM, que hoje é
13 SEUMA. No contrato de concessão da CAGECE para o município, há uma cláusula dizendo que a empresa não
14 pode fazer ligações em áreas em que o Município não reconheça, mesmo assim ainda existe muita insistência
15 do Ministério Público, obrigando a Companhia a fazer as ligações. Todas as demandas de novas ligações vão
16 para o setor ambiental da CAGECE, que faz o georreferenciamento, pede a anuência a SEUMA, e a Companhia
17 faz a nova ligação, caso autorizada pelo órgão. Continuou falando que, recentemente, o MP determinou que a
18 Companhia fizesse uma ligação na Terra Prometida II, que é uma área de APP do Rio Cocó. André Arrais,
19 Gerente da Célula de Planejamento e Gestão dos Recursos Naturais (CEPLA/SEUMA), perguntou ao Abraão se
20 as unidades da CAGECE estão cumprindo as determinações do setor de meio ambiente da Companhia, de não
21 realizar as as ligações em APP. Abraão respondeu que estão sim cumprindo, e que basta enviar o ofício
22 juntamente com a delimitação da área para a sede, que o mesmo é encaminhado ao setor comercial e logo é
23 dada a entrada no pedido judicial para ser retirada a ligação. Continuou dizendo que a Companhia procura
24 cumprir a cláusula de não fazer instalação de pontos de água em áreas irregulares, em que o município não
25 reconheça, porém o MP diz que é obrigação da Prefeitura e do Estado disponibilizar água a população
26 necessitada, existindo assim um conflito entre as determinações ditas pelo MP do Meio Ambiente e pelo MP de
27 Direitos Humanos. Sergio Araújo, responsável pelo setor de meio ambiente da ENEL, falou que é da política da
28 empresa não realizar ligações em locais irregulares. E solicitou a SEUMA que concedesse a definição das áreas
29 de Parque para que a empresa tenha o conhecimento das áreas em que não se pode fazer as instalações de
30 pontos de energia. André Arrais respondeu falando que a SEUMA encaminhará a delimitação da área. Quanto
31 às ligações clandestinas, Sérgio disse que a empresa tem combatido, uma vez que *"é uma perda para a própria
32 companhia"*. Disse ainda que essas ligações ocorrem, geralmente, em áreas não legalizadas, e que se houver o
33 impedimento das construções irregulares, será também minimizada as instalações de água e energia. Após as
34 considerações feitas pela CAGECE e ENEL, André Arrais apresentou as alterações solicitadas no plano de
35 monitoramento da APA e do Parque Natural das Dunas de Sabiaguaba, que são as ações referentes à poluição
36 sonora e em relação ao cronograma de fiscalização nos finais de semana, previstas no plano de
37 monitoramento. Beatriz Azevedo (Verdeluz) perguntou se as fiscalizações poderiam ser feitas aos domingos,
38 visto que é quando existe maior fluxo de pessoas. André (CEPLA/SEUMA) disse que nada impede e que,
39 surgindo a demanda, a fiscalização/monitoramento sejam feitos em outro dia. Beatriz (Verdeluz) sugeriu
40 também que além dos domingos, seja feito monitoramento em cima das dunas, visto que os sítios
41 arqueológicos têm sido destruídos por quadriciclos. Em resposta, André (CEPLA/SEUMA) falou que surgindo
42 alguma demanda dos conselheiros do CGS, a SEUMA procurará atender o mais breve possível, independente
43 do cronograma estabelecido no Plano de Monitoramento. Em atendimento ao que Rodrigo Ponce (IAB)
44 solicitou sobre a planta de loteamento aprovada do Parque, André falou que foi solicitada e a Secretaria de
45 Finanças - SEFIN já enviou para a SEUMA. Além disso, André (CEPLA/SEUMA) pediu à Célula de

Folha: ___ de ___



48 Georreferenciamento (CEGEO/SEUMA) informações sobre os lotes que estão sendo construídos dentro de
49 área de Parque. Com relação às restrições quanto às novas inscrições de IPTU para área do Parque Natural das
50 Dunas da Sabiaguaba, a SEUMA está solicitando à SEFIN que haja restrições de novas inscrições. Continuou
51 falando que, quando o Plano de Manejo estava sendo feito, foi solicitado por meio de ofício à CAGECE e à
52 antiga COELCE que houvesse abstenção de novas ligações para que as ocupações irregulares pudessem ser
53 reduzidas, até que o Plano de Manejo fosse finalizado. Falou que, na época essa decisão foi cumprida e que a
54 SEUMA recebeu inúmeros pedidos de novas ligações, porém só eram liberadas para as ocupações que já
55 existiam antes de 2006, antes da criação da APA e do Parque da Sabiaguaba. Com relação às ocupações
56 irregulares, a Secretaria de Segurança Cidadã - SESEC, órgão no qual está vinculada a Guarda Municipal - GMF,
57 fez um sistema de cadastramento destas ocupações em terrenos públicos. Com relação aos terrenos
58 particulares, o proprietário tem a obrigação de fazer o muramento. Finalizando a apresentação, André
59 (CEPLA/SEUMA) disse que será estudado o que se pode fazer em complemento para o impedimento das
60 ocupações irregulares. Findada a apresentação do Plano de Monitoramento, Natália Nogueira, perguntou se os
61 conselheiros gostariam de fazer alguma sugestão ou alteração. Beatriz (Verdeluz) pediu que o Plano fosse
62 enviado por e-mail para que seja analisado e seja feita alguma alteração dentro de um prazo estabelecido.
63 Encerrada as discussões sobre o Plano, a reunião seguiu com a pauta "Ocupações Irregulares". Beatriz
64 (Verdeluz) perguntou se existe uma proposta para realização de um novo Plano de Manejo da Sabiaguaba. Em
65 resposta, André (CEPLA/SEUMA) disse que *"o que está previsto é a atualização do Plano de Manejo existente,*
66 *visto que o mesmo faz o zoneamento da área do Parque e da APA em zonas e estabelece um cuidado com cada*
67 *zona diferenciada"*. Complementou que haverá uma verificação da permanência dessas delimitações, visto que
68 faz mais de seis anos que o Plano de Manejo foi feito, sendo necessário que seja feita uma atualização, que será
69 deliberada pelo CGS, quando finalizada. Beatriz (Verdeluz) pediu que o CGS tenha conhecimento do passo a
70 passo do processo, e que os conselheiros interessados sejam convidados a participar, a partir do momento que
71 seja formado um grupo técnico. Rusty Barreto (Ecomuseu) falou que concorda que o Plano de Manejo seja
72 revisado, visto que quando foi feito *"não houve a plena participação da comunidade e, por isso, algumas*
73 *questões não foram esclarecidos, entre eles está a questão das barracas de praia"*. André (CEPLA/SEUMA)
74 respondeu que as barracas vão ser enquadradas tanto no Plano de Manejo da APA e do Parque Natural das
75 Dunas da Sabiaguaba, quanto no Projeto Orla. Rusty (Ecomuseu) relatou que na época da criação do Plano de
76 Manejo foi dito aos moradores que eles seriam retirados das áreas de APP e remanejados para outro lugar, e
77 que hoje os mesmos tem sofrido pressões do Ministério Público Federal para que seja feito a retirada dos
78 barraqueiros. Diante disto, Rusty (Ecomuseu) solicitou *"mais informações e uma resposta sobre essa*
79 *problemática, visto que esta situação tem atingido a qualidade de vida da comunidade, a sustentabilidade e o*
80 *psicológico das pessoas"*. Em resposta, André (CEPLA/SEUMA) falou que alguns documentos foram emitos pela
81 Procuradoria Geral do Município (PGM), e sugeriu que a Prefeitura faça um levantamento dessas informações,
82 como também o Conselho. Rusty (Ecomuseu) falou que *"o Ministério Público alega que a Prefeitura e o Estado*
83 *já deveria ter remanejado os moradores, e que agora o MP intimou e estabeleceu prazo de retirada e valores de*
84 *multa"*. Diante disso, Rusty (Ecomuseu) mencionou que um grupo de pessoas procurou a Defensoria Pública
85 para ajudá-los perante esta situação. André (CEPLA/SEUMA) falou que os barraqueiros da Praia do Futuro
86 estão passando pelo mesmo processo que os da Sabiaguaba, e que a proposta feita à Praia do Futuro é que as
87 barracas permaneçam, porém precisam atender aos limites estabelecidos, e se houver algum acordo, com
88 relação as barracas da Sabiaguaba, poderá ser semelhante. Thiago Santos (HABITAFOR) falou que o Ministério
89 Público Federal, juntamente com a Superintendência do Patrimônio da União (SPU), está com esse processo
90 em todo terreno de marinha, desde a Barra do Ceará até a Sabiaguaba. Rusty (Ecomuseu) falou que *"é*
91 *importante ser entendido que a APA da Sabiaguaba é uma área onde se pode ter uso dentro dos quesitos do*
92 *Plano de Manejo, porém é preciso ter o entendimento que a comunidade se sustenta através da permacultura, da*
93 *pesca, do comércio, e o que se tem visto é que isto não tem sido respeitado"*. Diante disto, Rusty (Ecomuseu)
94 solicitou que a Defensoria Pública intervenha a favor da comunidade e que seja pensado algum espaço



95 comercial, ou algum meio para que as pessoas que forem retiradas das barracas possam sobreviver. Abraão
96 (CAGECE) falou que existe um edital do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Estado do Ceará (FDID) está
97 aberto a receber projetos de até R\$ 300.000,00 e sugeriu que o CGS submeta algum projeto sustentável
98 existente do Plano de Manejo para que se possa conseguir recursos desse Fundo, podendo desta forma dar
99 assistência aos barraqueiros nativos da região para desenvolver suas atividades. Rocimar (ANDA) falou que
00 *"como a atividade de pesca e marisqueira no Rio Cocó entrou em decadência, a população nativa buscou obter*
01 *sua renda através das barracas, e em vista disto é que se tem lutado para que as mesmas não sejam retiradas"*.
02 Francisco Teixeira (ACONMPA) disse que *"concorda com o fato da Prefeitura de Fortaleza ser culpada, com*
03 *relação a problemática dos barraqueiros, visto que a mesma não tem atendido às denúncias feitas, deixando que*
04 *irregularidades aconteçam"*. Falou ainda que *"na Abreulândia, estão sendo feitas construções irregulares de*
05 *grande porte na beira da praia, a Prefeitura chega a intervir, porém nada aconteceu, e as obras continuam sendo*
06 *erguidas e que é de grande necessidade que a Prefeitura impeça que novas construções sejam feitas"*. Continuou
07 falando que a invasão ao lado do hotel foi, desde o início, denunciada porém não foi feito o impedimento
08 eficaz, e por isso houve um grande aumento das ocupações irregulares. Além disso, denunciou que na Cofeco
09 foi construído um muro, privatizando a praia, impedindo que os moradores tenham livre acesso. Em resposta,
10 André (CEPLA/SEUMA) falou que as denúncias feitas serão atendidas. Beatriz (VerdeLuz) relatou que recebeu
11 uma denúncia de desmatamento irregular em área de Parque, e no mesmo dia entrou em contato com a
12 SEUMA e com a AGEFIS, e que segundo Natália Nogueira a fiscalização foi efetuada. Continuou falando que na
13 manhã do dia 18 de maio, fez registro fotográfico da área, e levantamento topográfico para ser comparada as
14 coordenadas do parque e ser comprovado que aquela realmente é área de Parque. Além disso, disse que *"os*
15 *moradores conversaram com as pessoas que estavam fazendo o desmatamento do lugar, e comunicaram que eles*
16 *fizeram primeiramente o cercamento para depois fazer a "limpeza", ou o corte da vegetação"*. Algumas áreas do
17 terreno já foi desmatada e a placa que indica o suposto proprietário possui telefone de um escritório de
18 advocacia Pragmácio Furtado Associados, e relatou que este é o responsável pelo desmatamento. Diante disto,
19 Beatriz (Verdeluz) solicitou que os órgãos competentes da Prefeitura fizessem o devido impedimento para
20 que a área desmatada não aumente e que fizesse também as devidas notificações ao escritório de advocacia.
21 Completou falando que o órgão fiscalizador tem o dever de fiscalizar e fazer a devida proteção do espaço seja
22 de APA ou de Parque, além disso, reforçou mais uma vez a necessidade de monitoramento aos domingos,
23 além de inserir monitoramento com relação ao trânsito de veículos nas dunas, com enfoque no sítio
24 arqueológico e no patrimônio histórico existente no lugar, visto que existe uma crescente quantidade de
25 quadriciclos transitando nestas áreas. Beatriz (Verdeluz) solicitou que seja informado ao Instituto do
26 Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN sobre as violações que vêm ocorrendo. André
27 (CEPLA/SEUMA) respondeu que houve alteração nas competências da fiscalização municipal, ficando agora a
28 cargo da Agência de Fiscalização de Fortaleza (AGEFIS), a partir de abril de 2017, assim toda a fiscalização que
29 era da responsabilidade da SEUMA passou para a AGEFIS. Rusty (Ecomuseu) solicitou que o *"tratamento da*
30 *APP que existe na entrada da Sabiaguaba seja feita da mesma forma que a da APP da Foz do rio Cocó, visto é*
31 *uma área de mangue próxima de residências, e no período chuvoso, acontece da ponte ficar alagada, dificultando*
32 *o acesso, e pede que haja uma melhor atenção àquele local por parte do Conselho Gestor, visto que possui muita*
33 *construção e descarte de resíduos sólidos de forma inadequada"*. A palavra então foi passada para o Dr. José
34 Lino Fonteles, defensor público do Estado que falou *"que o Secretário de Meio Ambiente do Estado, Arthur*
35 *Bruno, se comprometeu a preservar a população tradicional que estivesse em área do Parque do Cocó e que no*
36 *Decreto de 4 de junho de 2017, a população da Boca da Barra já irá ser contemplada"*. Falou ainda que a
37 princípio seria garantida a moradia de todos, porém não se sabe se a situação das barracas será também
38 preservada ou contemplada. As áreas abrangidas seriam: Boca da Barra, Olho d'água e Casa de Farinha.
39 Porém, foi constatado que a localidade do Olho d'água encontra-se em área particular. Sem mais observações
40 por parte dos conselheiros e convidados, Natália Nogueira, secretária executiva do CGS, deu por encerrada a
41 reunião.



42 A seguir, as instituições que tiveram representantes presentes da reunião:

	Instituição	Conselheiro(a)/Representante
1	SETFOR	Noslina Nobre Rabelo
2	HABITAFOR	Thiago Soares Rebouças
3	ANDA	Rozimar Maurício de Sousa <i>Rozimar de S.</i>
4	ACOMPA	Francisco Pereira Teixeira
5	ASADOECOMUNAM	Rusty de Castro Sá Barreto
6	VERDE LUZ	Beatriz Azevedo de Araujo <i>Beatriz Araujo</i>
7	UECE	Eliseu Marlônio Pereira de Lucena <i>Eliseu</i>

43 A reunião contou ainda com alguns participantes:

	Instituição	Visitante
1	SEUMA	Natália Nogueira Rocha
2	SEUMA	André Arrais
3	CAGECE	Abraão Sampaio
4	CAGECE	Davi Araripe
5	DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ	José Lino Fonteles Silveiras
6	ENEL	Sérgio Araújo

44 As demais instituições do CGS, que se ausentaram, apenas a CAOMACE apresentou justificativa, os demais não
45 apresentaram justificativa.

46
47

Fortaleza, 28 de junho de 2017.

Natália Nogueira Rocha
Secretaria Executiva do CGS

48
49
50

Folha: ___ de ___

